

# A desmedida do capital: notas para uma crítica do subconsumismo

Patrick Rodrigues Andrade\*

Rosa Maria Marques†

## Resumo

O artigo analisa algumas interpretações das raízes da crise econômica atual, particularmente as de Alain Bihr e Michel Husson, no interior do debate entre autores marxistas de língua francesa. Primeiramente examina-se a tese defendida por Bihr da crise como causada por um excesso de mais-valia, centrada na distinção formal entre taxa de lucro e taxa de mais-valia, e que considera a crise sendo de insuficiência de demanda. Em seguida, são abordadas as análises de Husson a respeito de uma divergência entre taxa de lucro e taxa de acumulação. A crítica elaborada no artigo assenta-se na relação entre contradição e crise, em que um dos conceitos dialéticos chave é o de “desmedida”, que permite esclarecer a relação que o capital estabelece com o trabalho assalariado – cerne das teses defendidas pelos autores em questão.

**Palavras-chave:** crise; desmedida; Bihr, Alain, 1950-; Husson, Michel, 1949-

**Classificação JEL:** B 51; G01; E 31.

## Introdução

No momento em que a crise do capital se manifestou acentuadamente em 2008, todos os matizes de pensamento econômico foram instigados a interpretar as causas, significado e sentido desse evento. No seio da tradição marxista não foi diferente e, diversamente do que

---

\* Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

† Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

se poderia esperar, as considerações, que até então tratavam destacadamente do movimento histórico recente do capital, e eram lidas geralmente de forma complementar (como múltiplos aspectos a considerar), passaram a explicitar divergências profundas quanto ao significado teórico de fundo do processo em curso.

O presente artigo se refere particularmente a um debate entre autores marxistas de língua francesa, e que ainda está em andamento<sup>1</sup>. O debate em questão tem se dado destacadamente entre François Chesnais e Louis Gill de um lado e Alain Bihr e Michel Husson de outro, apresentado nas revistas francesas *Carré Rouge* e *L'encontre*, e divulgado nos círculos críticos franceses<sup>2</sup> de discussão da crise.

A opção do artigo por se restringir a esse debate, aparentemente tão específico, se deve ao teor de duas questões teóricas levantadas pela discussão e à própria recepção das ideias desses autores no Brasil. Quanto às divergências teóricas explicitadas com a crise, *ressurgiu* o questionamento do próprio significado da crise: seria ela uma crise (“clássica”) de superprodução de capitais e mercadorias ou nesse momento apresentaria um novo caráter, destacado de subconsumo, dada a baixa participação dos salários nas rendas nacionais? A ressalva para o “ressurgir” deve-se ao fato que a questão do subconsumo (ou “teorias subconsumistas”) possui certa história no interior da tradição marxista, que remete a Rosa Luxemburg (em sua obra *A acumulação de Capital*), Otto Bauer (em *Entre duas guerras?*), especialmente, a Paul Sweezy (*A teoria do desenvolvimento capitalista*), sendo que, segundo Perry Anderson (2004), a concepção desse último marca o fim de uma era intelectual – a “tradição clássica do marxismo”. Ademais, a importância dessa questão é que ela não se restringe apenas às análises de inspiração marxista, podendo ser direcionada também a outras linhas de pensamento como, por exemplo, as de *viés keynesiano*: a crise é de insuficiência de demanda? Seu determinante principal é a “instabilidade financeira” e, para ajustar o sistema, o Estado deve resgatar os elementos de regulação abandonados com o avanço do projeto político neoliberal?

Já o outro ponto de divergência entre os autores adentra a própria contribuição deles para o entendimento de aspectos da realidade econômica capitalista pós-1980; contribuição essa que, *mutatis mutandis*, gira em torno das teses sobre um regime de acumulação com “domi-

nância financeira” ou, mais precisamente, uma *dominância do capital portador de juros* na valorização e reprodução do capital (CHESNAIS, 2005); além do desenvolvimento do capital fictício. Adiantando algumas considerações a respeito do debate, o presente artigo aponta como essas questões estão intimamente relacionadas, sendo quase indissociáveis, em que o busílis está na compreensão das várias dimensões da *desmedida* do capital. Uma visada que, diga-se, lança luz em uma frequência diferente daquela dos autores defensores da *tese subconsumista*, sendo o foco do artigo nos trabalhos recentes de Michel Husson (2006; 2008; 2009; 2010) e Alain Bihr (2009a, 2009b, 2009c, 2010).

## **Alain Bihr e um excesso de mais-valia**

Bihr (2008), em seu artigo *A la croisée des chemins (2)*, embora reconheça que a crise é de superprodução, manifestada por uma baixa contínua da taxa de lucro – compreensão mais de acordo com uma interpretação marxista tradicional da crise – afirma que, a partir daquele momento, a crise se manifestava muito mais sob a forma de insuficiência de demanda, dada a queda contínua do poder de compra dos assalariados, uma interpretação que poderia aparentemente estar mais próxima de outras linhas de pensamento, como a keynesiana. É neste sentido que o autor discute os impactos do crescimento recente do consumo de luxo como sintoma de uma grave doença na “economia real”: esse consumo seria um “substituto imperfeito” do consumo dos trabalhadores, o que geraria dificuldades de reabsorção de mais-valia e de manutenção do ritmo de acumulação.

Sem embargo, é no artigo publicado em abril de 2009 – *À propos d'un excès de plus-value* –, como resposta às críticas de François Chesnais a sua interpretação, que Bihr (2009a) expõe claramente qual seria a fundamentação teórica de sua interpretação. O autor baseia sua exposição partindo da composição do valor da mercadoria ( $v = c + v + m$ ; sendo “c” capital constante incorporado à mercadoria, “v” o capital variável e “m” a mais-valia), isso porque, para Bihr (2009a, p. 38, tradução nossa): “todas as dificuldades que o capital vai encontrar no curso de seu processo de reprodução podem reduzir-se em definitivo às

evoluções das diferentes relações entre esses três elementos que compõem o valor das mercadorias”.

Em seguida, ele remete a análise aos esquemas de reprodução social do capital apresentadas no livro II de *O Capital* de Marx. Para ele, nessa última crise, haveria não apenas insuficiência de mais-valor em relação à massa de capital a se valorizar, como também uma insuficiência de demanda final em relação à massa de capital comercial a se realizar, dada a diminuição da parcela de salários no “valor agregado”. Assim, afirma:

A continuação da acumulação do capital social tropeça desta vez, já não com a insuficiência da mais-valia em relação com a massa de capital a valorizar, e sim com a *insuficiência da demanda final* em relação com a massa do capital-mercadoria a realizar devido à diminuição da parte dos salários no “valor agregado”. Mas dizer que os salários estão em falta (relativa) na distribuição do “valor agregado” entre trabalho e capital equivale implicitamente a dizer que a *mais-valia está ali em excesso* (relativo) [...]. (BIHR, 2009a, p. 39, grifo nosso)

Essa passagem, em que Bihl articula insuficiência de demanda final com um excesso (mesmo que relativo) de mais-valia deve ser examinada criticamente. Estão aí lançados graus muito distintos de abstração conceitual, em que se articulam imediatamente algumas das consequências das contradições inerentes à lei geral de acumulação capitalista com uma “insuficiência de demanda final”. Em princípio, não haveria porque objetar que, na interrupção do processo de reprodução ampliada e realização de mais-valia (a *autonegação* do capital, pois ele mesmo é o agente de sua expansão), a insuficiência de demanda capaz de recuperar esse processo seja uma das formas “possíveis” de manifestação das crises. O que não se pode afirmar é que a “insuficiência de demanda” no interior do sistema capitalista seja o polo determinante (e quase exclusivo) da crise. Cabe aqui fazer um breve *detour*, ainda anterior às considerações sobre tendências da taxa de lucro tratadas por Marx no livro terceiro d’O Capital; no caso, nas questões que envolvem o próprio *salto mortale* da mercadoria.

Muitas vezes a *contradição em termos*, que Marx (2003b) expõe em torno do valor de troca, é lida como se superada quando se revela a

categoria de valor, que evidenciaria o duplo caráter social dos trabalhos dos produtores. Nesses termos, a própria *forma* assumida pelo trabalho mercantil capitalista é o que torna possível a produção de mercadorias; posto que o trabalho concreto *em-si* não é suficiente para que os produtos se tornem efetivamente produtos-para-outrem, é necessário acrescentar a essa determinação material a determinação formal, sob a forma da *abstração* (trabalho abstrato). Não obstante, e aqui reside uma das sutilezas da dialética, essa abstração também não resolve completamente a *oposição interna*, contida na mercadoria, entre valor-de-uso e valor. As mercadorias ainda precisam realizar-se como valores, antes de poderem se realizar como valores-de-uso. Nas palavras de Marx:

As mercadorias têm de realizar-se como valores, antes de poderem realizar-se como valores-de-uso.

Por outro lado, têm elas de evidenciar que são valores-de-uso, antes de poderem realizar-se como valores, pois o trabalho nelas despendido só conta se foi empregado em forma útil para os outros. Só através da troca se pode provar que o trabalho é útil aos outros, que seu produto satisfaz necessidades alheias. (MARX, 2003b, p. 110)

Uma das primeiras questões a se considerar (especialmente ao se tratar de análises teóricas de crises) é que uma mercadoria não pode sequer expressar o seu valor no tempo social enquanto não for vendida – não importando quanto tempo de trabalho foi gasto para produzi-la, ou as condições de sua produção. Apenas *ex post facto* o valor de uma mercadoria pode ser considerado como existente no tempo de trabalho social, enquanto que *ex ante facto* essa garantia não existe (KARATANI, 2005). Isso se deve tanto à forma assumida pelo trabalho no interior da relação-capital – que o torna possível produzir mercadorias e possibilita a troca de coisas qualitativamente diferentes –, quanto à tensão entre os processos de produção e circulação de valores. Assim, feito esse breve *detour*, há de se reter que, enquanto categoria sinóptica da forma de sociabilização privada, o *trabalho humano abstrato aponta para o fundamento da crise*, com a radicalização da oposição contraditória que define já a forma dessa *abstração real* (GRESPLAN, 1994; FAUSTO, 1983).

Logo em princípio é possível observar que a análise de Bihr guarda significativas semelhanças com as de Rosa Luxemburg, em sua obra *A Acumulação do Capital* (1984a; 1984b). É também no contexto de certa compreensão teórica envolvendo “ $v+m$ ” que a contradição do subconsumo se define para Luxemburg: em termos da mercadoria como produto do capital (CARCANHOLO, 2007). Luxemburg (1984a) identifica “ $v+m$ ” com a produção mesma do *excedente* (mais precisamente do “trabalho novo”), sendo que este “ $v+m$ ” pareceria não se encontrar *inscrito* também nas mercadorias tomadas em singularidade. Essa linha de raciocínio a leva a considerar que o problema da realização global da produção capitalista se resume ao nível restrito de uma parcela específica do valor (a mais-valia), quando na realidade: “em cada mercadoria singular está contida uma fração de todo o valor  $c + v + m$  produzido pela economia e, portanto, quando ela é realizada, realiza-se esta fração, e não apenas um componente específico, seja ele  $c$ ,  $v$  ou  $m$ .” (CARCANHOLO, 2007, p. 6).

O problema da articulação entre produção e circulação não se resume, portanto, à questão da realização (ou não) de uma parcela de valor estrangido no corpo da mercadoria, mas sim ao próprio valor da mercadoria, que pode ser considerado plenamente existente apenas após a efetivação da troca. Segundo Marx (2006, p. 54), “enquanto o capital ora valorizado sob a forma de capital-mercadoria, permanece no mercado, paralisa-se o processo de produção”. Essa passagem, que pode parecer trivial, serve como exemplo da articulação em Marx da dialética entre produção e circulação, que permeia todo *O Capital*. Examinando-a com atenção, se revela que o processo de produção se estende até o espaço da circulação.

Benoit, a respeito da origem da mais-valia, ou de como o dinheiro se transforma em capital, observa que:

[...] trata-se de um processo que se opera na órbita da circulação e não se opera nela. Esse processo situa-se numa região negativa, pois, não é idêntica a nenhum dos gêneros ou pólos que entram na relação. Trata-se de uma região cuja identidade plena se dissolve contraditoriamente, trata-se de um ente que, em certo sentido, não-é. (BENOIT, 2007, p. 2)

A partir da perspectiva a respeito do “negativo” na constituição das categorias do pensamento de Marx comentado por Benoit, não se pode afirmar categoricamente que a mercadoria, estancada no mercado, tenha inclusive “valor”. Em certo sentido, esse valor *não-é*, ele se dissolve contraditoriamente. Ao ponto da mercadoria (como forma assumida pelo capital em seu movimento), numa linguagem tipicamente hegeliana, se constituir como um ser que sendo *não-é*, e que não sendo, *é*. No mesmo sentido aponta Žižek:

[...] sim, o valor se cria no processo de produção; entretanto ele só é criado ali, por assim dizer, potencialmente, já que só se concretiza como valor quando a mercadoria produzida é vendida e o circuito D–M–D’ assim se completa. Essa lacuna temporal entre a produção de valor e sua realização é crucial: ainda que o valor seja produzido na produção, sem a finalização bem-sucedida do processo de circulação não há valor strictu sensu – aqui a temporalidade é a do futur antérieur: o valor não “é” de imediato, somente “terá sido”, é concretizado retroativamente, encenado performaticamente. Na produção o valor é gerado “em si” e só com o término do processo de circulação ele se torna “para si”. (ZIZEK, 2008, p. 78, grifos do autor)

O destaque é que, nesse sentido, não é suficiente e bastante apenas reconhecer a contradição entre o “complexo” e o “simples” que carrega a dialética, ou optar pela dissolução da contradição em favor de um ponto de vista que decida por um ou por outro dos termos contraditórios. A contradição precisa se colocar como “o indício da não-verdade da identidade, da dissolução sem resíduos daquilo que é concebido no conceito” (ADORNO, 2009). Seguindo a apresentação dialética de *O Capital*, é possível extrair a descrição de uma série de “gêneros antitéticos” que vão entrelaçando e constituindo novas antíteses, num processo que o negativo se aprofunda, até que esse processo se “transforma” numa totalidade contraditória insustentável (BENOIT, 2007). Ou ainda, aproximando a discussão do registro adorniano de uma “dialética negativa”: *a totalidade da contradição é a própria não-verdade dessa identificação total*, tal qual esta se manifesta.

*Mutatis mutandis*, o enfoque dado à manifestação da crise do capital por Alain Bihr é o mesmo que o de Rosa Luxemburg: a incapacidade de realização do excesso de mais-valia criado pelo capital devido

à insuficiência de “demanda final”. Mas, enquanto Rosa Luxemburg, em seu momento histórico, destaca haver um excesso de mais-valia impossível de ser realizado no interior do sistema capitalista – sendo necessário, portanto, a existência de regiões não-capitalistas para absorção desse excesso –, Bihr, por outro lado, busca enfatizar que “não há contradição” alguma em falar da existência simultânea de uma falta e de um excesso de mais valia, pois segundo o autor:

Por uma parte, na medida em que os dois, constituem fenômenos relativos, tudo depende do termo com o qual a mais-valia se relaciona e em relação com o qual a insuficiência ou excesso de mais-valia se define e se mede. Em um caso, a mais-valia se relaciona com o conjunto do capital sob a forma de taxa de lucro; e se encontra, então, em falta. No outro caso, se relaciona apenas com o capital variável (o salário) sob a forma de taxa de mais-valia; ou também, se relaciona com o conjunto do “valor agregado” (capital variável + mais-valia); e então está em excesso. (BIHR, 2009a, p. 40)

Essa passagem, aparentemente simples e clara, que visa não deixar dúvidas quanto à possibilidade de uma dupla abordagem conciliável sobre os rumos da valorização do capital, é na verdade a mais questionável. Isso porque Bihr não articula nesse meio a afetação que essas relações recebem da “subjetividade” do capital. Na defesa do autor (e crítica à visão de François Chesnais) – que retoma muitas das questões envolvendo a “dimensão de subconsumo” das crises do capital –, a relação do capital variável com a mais-valia é apresentada sob o signo indiferenciado de “valor agregado”. Todavia, essa noção perde a característica principal do capital, como Sujeito-em-processo: a relação privada que o capital estabelece consigo mesmo.

Veja-se como Marx apresenta a passagem do dinheiro em capital, que é também a *posição* da produção de capital diante da simples produção de mercadorias:

A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso o movimento do capital não tem limites. [...]

O conteúdo objetivo da circulação em causa – a expansão do valor – é sua finalidade subjetiva [...]. O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente [...]. Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo [...]. (MARX, 2003b, p. 183-84, grifos nossos)

Essa passagem apresenta sinteticamente a riqueza da “definição” de capital. Enquanto “valor em expansão”, a “definição” expressa o capital enquanto *devir quantitativo*; enquanto movimento que “tem formas alternadas” e percorre as formas dinheiro e mercadoria, é capital como *devir qualitativo*. Sendo que na base de ambos há o movimento do capital como agente que se relaciona consigo mesmo, que se coloca em uma “relação privada consigo mesmo”, e que poderia ser tratado como *devir “tautológico”* (FAUSTO, 2002, p. 196). Como aponta Ruy Fausto (2002), ao se tratar do conjunto do processo, que é também sujeito (e daí as dificuldades para a análise), tem-se na realidade uma não-reflexão. O que, resgatando o que vem sendo abordado nesse artigo, reafirma os equívocos em: 1) tratar a mercadoria como mero produto do capital, como simples predicação; 2) considerar a expansão quantitativa do valor como expressão de uma igualdade,  $V = c + v + m$ ; e 3) não perceber como essa *contradição em processo* carrega a própria não-verdade de sua identificação, de maneira a se ter na realidade algo que fica “entre” uma predicação e uma identidade.

Sendo assim, não é o “valor agregado”, apontado por Bihr, que se apresenta em excesso, é o Sujeito-capital em seu múltiplo devir que avança sobre suas barreiras. Igualmente, a relação entre capital variável e mais-valia tem um significado muito mais profundo, ela remete à referência a si mesmo que o capital se dá como “sujeito” e que permite sua [auto]mensuração; referência essa que se inverte em uma perda de referência diante do próprio processo de valorização, ao buscar mensurar sua expansão incluindo a fonte de medida de valor como um de seus momentos indiferenciados.

Como destaca Grespan (1994; 2008), há que se considerar a centralidade do conceito de crise no pensamento de Marx, que resulta do nexos particular estabelecido entre esse e o de contradição, no qual a categoria decisiva é a “desmedida” (Maßlos)<sup>3</sup>. Como o devir-quantita-

tivo do capital é “apenas um aspecto” de seu movimento, a *desmedida* costuma ser lida como algo secundário – como se se tratasse apenas de certo “preciosismo filológico”. Contudo, essa *desmedida*, caracterizada precisamente como perda de referência no interior do movimento de valorização, leva justamente à produção em excesso, que não se refere tão somente a mercadorias singulares, mas a uma acumulação excessiva, no sentido de que a produção ultrapassou a necessidade e capacidade de valorização do próprio capital. Tem-se, com isso, que a relação entre “excedente” e “crise” é que o mais-valor criado (em excesso) é *posto*, de certa forma, *como a negação* do valor presente do capital. O capital (“devir-Tautológico”) mede seu valor presente e, ao mesmo tempo, nega esta medida (para afirmar o novo valor), podendo implicar numa geração de valor capaz de destruir o valor antigo – desvalorizá-lo, ao invés de dar continuidade à valorização (GRESPLAN, 2008). O problema da utilização, por Bihr, de uma noção como a de “valor agregado” é que ela mantém a diferença sob o signo da indiferença, da unidade passiva, lançando fora exatamente o momento primordial da unidade ativa e contraditória que forma o *devir-Sujeito*.

Retornando à passagem citada do texto de Bihr, quanto às duas primeiras razões apresentadas para argumentar que não há contradição entre insuficiência e excesso de mais-valia, é importante destacar que o autor francês toca em uma questão fundamental: a valorização do capital medida pela taxa de mais-valia é crescente, já medida pela taxa de lucro ela é decrescente. Novamente, o problema é que Bihr afirma não haver aí contradição, como se fossem apenas dois enfoques do mesmo objeto. Em seu processo de valorização, o capital determina simultaneamente movimentos inversos para as duas formas de medida; sem embargo, elas não são simplesmente diferentes e sim opostas, na acepção rigorosa de expressões que são *mutualmente negativas de um mesmo fundo contraditório*. Aliás, é justamente esta oposição entre as “duas medidas” do processo de valorização que contribui para se compreender o que tratamos por *desmedida*: a incapacidade de o capital avaliar univocamente seu processo de constituição, reprodução e acumulação, ou ainda, a perda de referência que o capital estabelece consigo mesmo – sua autodeterminação.

Seguindo o texto de Bihr, a propósito de um excesso de mais-valia, ele afirma:

Acrescentaria simplesmente que, segundo as fases da crise capitalista, é um ou outro destes dois aspectos (dificuldades de valorização ou dificuldades de realização) o que domina, sem que o outro nunca desapareça, porque, mais uma vez, os dois aspectos juntos, sempre expressam a mesma contradição fundamental. E que a tese que defendi no artigo de *A Contre-Courant*, de que o que está em questão é que a recente crise financeira e bancária é a expressão de uma fase de crise capitalista, em que predominam as dificuldades de realização. (BIHR, 2009a, p. 40)

Partindo de considerações um pouco distintas de Bihr, a crise, compreendida em sua amplitude como *o negativo do capital* (GRESPLAN, 1994), realmente se manifesta mais claramente quando uma parcela significativa do valor “criado” não é capaz de integralizar o novo capital – o que gera a aparência de haver um excesso de mais-valia e, portanto, como uma “restrição” ao processo de produção, que contradiz o impulso de superação do capital e nega o próprio valor-em-processo. Todavia, é fundamental ter em mente que a esfera da circulação, onde se dá a dificuldade de realização, no fundo não passa do lugar de manifestação da crise que foi determinada “em si” na produção imediata (GRESPLAN, 1994); isso porque essa mesma “negatividade” se afirma sobre todo o valor-capital (esse Sujeito-processo), esteja ele imobilizado em meios de produção ou sob a forma de mercadorias. Certamente a crise tende a aparecer de modo mais imediato como uma interrupção da circulação de mercadorias, todavia é fundamental se destacar que a própria mercadoria nada mais é do que uma das formas assumidas pelo capital (MARX, 2008). Desse modo, a “insuficiência de consumo” não pode ser determinada apenas no interior da esfera da circulação, mesmo que ainda se dê destaque ao processo de produção; a própria colocação do problema nesses termos tende a ser equivocada, pois dessa forma *a contradição é posta na distribuição* do “excedente” (podendo, “consequentemente”, ser relacionada a um conflito distributivo). A questão precisa ser considerada desde a esfera da produção imediata, no caráter contraditório do capital em seu movimento de afirmação e negação do trabalho vivo pelo morto; de um lado é o trabalho vivo que sede vida ao capital, enquanto momento da sua auto-valorização, mas que, nesse mesmo processo, é negado no processo de produção de mais-valia relativa.

Alterando brevemente o registro de Bihl e visando o “capital em geral”, tem-se que a forma de movimento (de suas contradições) é resultado do processo de produção em expansão que, simultaneamente, tende a ampliar a taxa de valorização e reduz a base sobre a qual incide, de modo que “tanto a auto-mensuração bem sucedida quanto a perda de referência em si mesmo do capital são manifestações do que é inerente à sua natureza” (GRESPLAN, 1994, p. 138); são elementos decorrentes do *excesso (da desmedida) constituinte* do próprio capital.

Seguindo as várias dimensões da desmedida do capital em processo, especialmente a incapacidade de o capital avaliar univocamente (através de uma taxa de referência) seu movimento *infinito*, a “definição” de crise adquire o significado de uma desvalorização de capital, quando de seu momento crítico de reavaliação e autodeterminação. Como afirma Marx:

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, decresce, portanto, a taxa de lucro, enquanto a massa aumenta com o montante crescente do capital aplicado. Dada a taxa, o montante absoluto de crescimento do capital depende de sua magnitude presente. Mas, dada essa magnitude, a proporção em que cresce, a taxa de seu crescimento, depende da taxa de lucro. O acréscimo da produtividade (o qual, aliás, vai sempre de par com a depreciação do capital constante existente) só pode aumentar diretamente a magnitude do valor do capital se, elevando a taxa de lucro, aumentar a parte do valor do produto anual a qual se reconverte em capital. Tratando-se da produtividade do trabalho, isso só pode sobrevir (pois essa produtividade nada tem diretamente com o valor do capital existente) se acrescer a mais-valia relativa ou se diminuir o valor do capital constante, portanto em virtude de baratearem as mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho ou as que se tornam componentes do capital constante. *Mas ambas as consequências implicam depreciação do capital constante, e ambas vão juntas com o decréscimo do capital variável em relação ao constante.* (MARX, 2008b, p. 326, grifo nosso)

Nesse sentido, não se pode falar de um “excesso de mais-valia”, na crise o que se tem é uma desvalorização do valor, que mesmo sob a noção indiferenciada de “valor agregado” – tratamento dado por Bihl – reduz todos os componentes do valor: tanto das mercadorias produzidas, como do capital existente. Há que se considerar os fenômenos

provenientes da negação do trabalho pelo capital em sua profundidade, e que estão implícitos nessa passagem sobre a tendência decrescente da taxa de lucro; fenômenos esses que levam, de algum modo, à desmedida. O aumento da composição orgânica do capital encaminha a relação-capital à queda da taxa média de lucro, e que é acompanhada muitas vezes por um aumento da taxa de mais-valia, mas isso não representa nenhuma particularidade exclusiva dessa última crise pela qual o capital ainda passa. Como destacado anteriormente, o excedente de valor gerado se nove numa direção se medido como lucro e noutra, oposta, quando medido como mais-valia.

Passando ao outro aspecto do “excesso de mais-valia”, segundo a análise de Bihr, como os salários estão em falta (no “valor agregado”), parte do capital real – que seria investido (direta ou indiretamente) na indústria e comércio – buscou valorizar-se sob a forma de capital fictício<sup>4</sup> e, por essa falta nos salários, o excedente foi direcionado ao consumo de bens de luxo. Nas palavras de Bihr (2009a, p. 42): “no coração da crise dos *subprime*, encontramos uma vez mais a distorção na distribuição do ‘valor agregado’: a falta de salário por um lado, e o excesso de mais-valia por outro”.

Não obstante, em sua argumentação, Bihr deixa de destacar precisamente o movimento de *abstração no real*, a tentativa do capital superar até mesmo a necessidade de produção material, reproduzindo-se sem passar pelas agruras da produção – que adquire seu ápice no sistema de crédito e criação de capital fictício. Como comenta Marx (2008), quanto maior a facilidade de se obter adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, maior a tentação de produzir mercadorias com o objetivo único de conseguir adiantamentos em dinheiro; esse fenômeno se relaciona na essência do sistema à própria determinação formal que o trabalho (humano abstrato) recebe sobre sua determinação material (trabalho concreto). Essa *abstração* reaparece em diferentes momentos da articulação real do capital em seu movimento histórico, quanto na apresentação marxiana dessa articulação.

Na argumentação de Bihr o “fetiche autômato perfeito” e o capital fictício passam a se subordinar a um “desvio” do consumo. Contudo, não é uma incapacidade de absorção no “real” que faz o capital se mover para a “ficção”; mover-se para além do “princípio de realidade” (o “desvario” de dinheiro gerando mais dinheiro sem passar pela produ-

ção) é da própria “natureza” do capital e são as possibilidades reabertas pela história recente que permitem tal movimento. A crise se dá pela insistência de manutenção de um sonho – a possibilidade de eliminação do trabalho na geração de valor –, em detrimento da realidade – a impossibilidade dessa eliminação.

Outra questão criticada por François Chesnais (2008), à qual Bihr (2009a) dirige seu artigo como uma resposta e esclarecimento, é o fato de Bihr remeter os leitores a Michel Husson e o “feito singular” de ter estabelecido que a taxa de acumulação do capital passara a ser inferior à taxa de lucro. Ainda segundo Chesnais (2008), esse “feito” seria a base da argumentação de Bihr sobre a crise de realização: o fator determinante, tanto para o excesso de mais-valia como para o movimento de fuga do capital da esfera “real” para a esfera “fictícia” de valorização, se derivaria da insuficiência de saídas, dadas as condições criadas na produção de contração da parte dos salários no “valor agregado”. A seguir se analisa como o próprio Michel Husson encaminha a questão.

## **Sub-acumulação e crise em Michel Husson**

Segundo Michel Husson (2006), até o início da década de 1980, lucro e acumulação evoluíam paralelamente (tanto na prosperidade quanto nas crises), e, desde então, a taxa de lucro tendeu a se restabelecer regularmente, mas não as demais variáveis – crescimento, produtividade e taxa de acumulação (apesar desta ter demonstrado picos ao final dos anos de 1990). A explicação para tal fenômeno, na visão o autor, é que o lucro não acumulado (reinvestido) passou a ser distribuído, o que estimulou a demanda e especulação em ativos financeiros (HUSSON, 2006; 2008), elevando a participação desse tipo de ativos na composição da renda dos países (em uma clara perda relativa da participação dos salários em tal composição). É, aliás, esse movimento que pode ser chamado legitimamente, para Husson (2006), de “financeirização”.

Dessa forma, o movimento recente da economia mundial se deu com uma taxa de acumulação relativamente pouco elevada, e significativamente inferior à taxa de lucro, o que o autor denomina *equilíbrio de sub-acumulação*, em que o comportamento pouco dinâmico do inves-

timento seria explicado pela fixação de uma norma de competitividade muito elevada (hiper-concorrência), que tenderia a desestimular projetos de investimentos com taxas de retorno consideradas insuficientes e conduziria as empresas a distribuir seus lucros, bem como pelo fato de o consumo dos ricos (possibilitado pelo avanço dos rendimentos financeiros) ser um substituto imperfeito do restringido consumo salarial (HUSSON, 2008; 2009).

Esse fenômeno de um equilíbrio de sub-acumulação, segundo Husson, recoloca no fundo uma contradição essencial: a negação do capital em satisfazer uma parte crescente das necessidades sociais, por evoluir de uma maneira que se destaca muito mais por critérios de escolha e eficácia. A “financeirização” da economia seria, então, uma manifestação associada a esse caráter performativo, cuja base objetiva residiria na existência de uma massa crescente de mais-valia, que não encontra oportunidades de ser investida de maneira “produtiva” e se menea para as “finanças” – como meio de reciclar essas massas de valor em direção ao consumo dos rentistas (HUSSON, 2006).

Apoiando-se no trabalho realizado por Marques, salienta-se:

A interpretação de Michel Husson e da Alain Bihir dos mecanismos encadeadores da crise poderia ser resumida da seguinte forma:

- a) a redução dos salários provocada pelo neoliberalismo resultou em uma nova partilha da renda, significativamente favorável aos lucros. Isso seria a expressão de um excesso de mais valia (Bihir, endossado por Husson).
- b) o subconsumo dos trabalhadores levou a que os lucros das empresas fossem crescentemente distribuídos, o que gerou o diferencial entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação. Os lucros distribuídos foram utilizados no consumo de luxo e, principalmente, foram aplicados no mercado financeiro.
- c) a taxa de lucros das empresas teria retomado sua trajetória a partir de meados dos anos 1980, mas a taxa de acumulação dela se distanciaria de forma crescente.
- d) a insuficiência das rendas salariais levou as famílias a se endividarem em proporções excessivas, especialmente junto ao mercado imobiliário, o que deflagrou a crise.
- d) o capitalismo estaria vivendo uma crise sistêmica, expressa por sua incapacidade em atender as necessidades da humanidade (Husson). (MARQUES, 2011, p. 52)

O primeiro e segundo pontos, destacados acima, foram discutidos na parte anterior deste artigo a partir dos textos de Alain Bihr. O terceiro e quarto pontos, de maneira articulada, se referem ao subconsumo dos trabalhadores, movimentos da taxa de lucro e acumulação e à hiper-concorrência do capital (que, ao fixar uma elevada norma de competitividade, desestimula investimentos) como causas do redirecionamento de recursos das empresas para o mercado financeiro. Todavia, apesar da clareza de articulação desses elementos no texto de Husson (2006), o que tanto Husson quanto Bihr deixam escapar é a especificidade do sistema de crédito capitalista e a relação estabelecida entre capital-real e capital-dinheiro.

Essa relação, se prestada atenção, mesmo que brevemente, encaminha-se pelas questões referentes ao sistema de crédito, mas apreendidas as categorias de capital portador de juros e capital fictício. Reaparecem, seguindo a apresentação de Marx, os problemas envolvendo *o dinheiro como dinheiro* e *o dinheiro como capital*. Veja-se a questão colocada:

Na própria crise, uma vez que cada um tem de vender e não pode comprar, precisando vender para pagar, é justamente quando é maior a massa não do capital desocupado a investir, mas do capital paralisado no processo de reprodução [...]. Na realidade, o capital já desembolsado está desocupado em massa, porque parou o processo de reprodução. Fechando-se as fábricas, as matérias-primas se amontoam, os produtos acabados são mercadorias que abarrotam o mercado. Nada mais falso que atribuir essa situação à carência de capital produtivo. Então, o que há precisamente é pletora de capital produtivo, seja com referência ao tamanho normal, momentaneamente contraído, da reprodução, seja com referência ao consumo paralisado. (MARX, 2008, p. 639)

Nessa passagem, assim como em diversas outras, Marx insiste que na crise o que está em excesso é o capital produtivo. O capital, ao estabelecer uma barreira para sua autovalorização, rompe-a e se depara com um limite à continuidade “tranquila” da reprodução. A auto-referência “normal” que o capital estabelece *para-si* bem como o consumo paralisado são modos de expressão da desmedida do capital, da sua incapacidade de avaliar univocamente sua expansão. A devida compreensão do *dinheiro enquanto dinheiro* é fundamental para não

se deixar cegar pela aparência de restrição do movimento de valorização devido a um consumo ou produção insuficientes. Nesse ponto do texto de Marx as circulações do dinheiro e da mercadoria já deixaram, há muito, de coincidirem; ali, o dinheiro já se autonomizou, seja porque ele pode se imobilizar e não encontrar uma mercadoria, seja porque ele, mesmo enquanto circule, não faz circular necessariamente a mercadoria. Isso fica claro quando se leva em conta especialmente a segunda “subforma” do dinheiro como dinheiro: meio de pagamento. Além disso, tratando do dinheiro como capital quando da pleora de capital industrial, há de se ter claro que o capital-mercadoria *em-si* é ao mesmo tempo capital-dinheiro, uma determinada soma de valor que, enquanto tal, opera também como capital dinheiro potencial, estando sujeito assim ao processo constante de expansão e contração. Ou seja, quando se considera o processo global de produção capitalista, mesmo o capital-mercadoria<sup>5</sup> funcionando como mercadoria deve ser visto como capital, apesar de ter de ser vendido como mercadoria. O capitalista, valor-capital personificado, sabe desde princípio que “todas as mercadorias, tenham elas aparência vil ou mau odor, são em fê e em verdade dinheiro, judeus circuncisados e purificados, e, além disso, milagroso meio de fazer mais dinheiro com dinheiro” (MARX, 2003b, p. 185).

Essas questões não são tratadas nos textos de Husson, o que compromete a afirmação de que a etapa recente da dinâmica capitalista se assentava (se assenta?) em um *equilíbrio de sub-acumulação*. Apesar da especulação de crédito demonstrar a inexistência de obstáculos *positivos* à aplicação do capital em excesso, o que poderia levar às conclusões de Husson, com o destaque na redução da participação das rendas salariais – o que Bihr mais enfaticamente observa como fator determinante para o endividamento familiar –, há que se considerar os obstáculos em virtude das leis de valorização do capital, seu obstáculo *negativo*. O limite com o qual o Sujeito-capital se depara é a impossibilidade de continuar a valorização na condição de capital. A crise é mais profunda expressão dos efeitos da relação privada que o capital estabelece consigo mesmo, incluindo desde as contradições sociais mais evidentes até mesmo, em certa medida, as transformações observadas recentemente na norma jurídica de Estados Nacionais.

Retornando ao registro do próprio Husson (2006; 2008; 2009), ele afirma que a menos que se considere que a esfera financeira constitua uma espécie de “terceiro departamento”, ao lado dos bens de produção e de consumo, as somas obtidas pelos “rentistas” devem ser novamente injetadas no circuito e somente podem fechar o ciclo do capital de duas maneiras: consumo ou acumulação do capital. Todavia, para aqueles sequiosos por verdades, na aparência da realidade capitalista contemporânea a esfera financeira não parece mesmo um “terceiro departamento”? A questão não é apenas que ela parece; do ponto de vista individual e isolado ela é um “terceiro departamento”, da perspectiva do *businessman* (aparência, mas que não deixa de ser menos real que sua essência) a esfera financeira é uma esfera como qualquer outra. Pode-se consumir a renda ou reinvestir em “finanças”, e o mesmo ocorre com uma empresa, ela pode acumular capital e reinvestir na produção ou, simplesmente, reaplicar seus recursos em ativos financeiros. É exatamente essa evidência que Marx mobiliza ao apresentar a categoria de capital fictício.

Husson destaca que se a taxa de acumulação não tem acompanhado a taxa de lucro, os lucros não investidos são direcionados para o consumo e aí estaria o problema atual, na *substitutibilidade imperfeita* entre consumo dos trabalhadores (restringido) e consumo das camadas ricas (crescente). Ora, esses lucros não reinvestidos (grande parte obtidos via “finanças”) não estariam, na verdade, sendo “reinvestidos” na própria esfera financeira, o que, aliás, explicaria a distorção entre taxa de acumulação e taxa de lucro? Assim, o que se teria seriam lucros obtidos e “investidos” no mercado financeiro, transformados em capital fictício, que entrariam num círculo de “geração espontânea” de mais lucros fictícios<sup>6</sup>.

Considerar a esfera financeira um “terceiro departamento” não é nenhum engano. Dialeticamente o que está em jogo é a oposição entre a forma “exterior” e a dependência “interna”. A autonomização exterior (sob a “esfera financeira”) do movimento capitalista internamente dependente de reprodução nada mais é que uma cisão parcial, a manifestação mais reificada da relação de base (desde a autonomia entre compra e venda discutida por Marx já na circulação simples), a manifestação de seu oposto. A crise se apresenta justamente sob tal forma dialética, em que a separação revela a sua unidade interna.

Essa aparência deriva da própria relação contraditória do capital consigo mesmo, o confronto a si próprio – que com o desenvolvimento do capital portador de juros (e do sistema de crédito a ele atrelado) gera a duplicação do capital, pelo modo distinto em que um mesmo título de rendimento monetário aparece nas mãos de diferentes possuidores –, ao ponto de aparecerem como dois ambientes diferentes: “economia real” e “economia financeira”. A violência da crise ressalta que a unidade suporta certo limite de separação entre seus termos e, quando esse limite é ultrapassado, a unidade tem de aparecer, e assim o faz de modo avassalador.

Por fim, cabe ainda discutir a incapacidade do capital em atender necessidades humanas, último e destacado ponto levantado por Husson, e presente na argumentação de Bihr. Seguindo a exposição marxiana, enquanto na circulação simples de mercadorias o excesso se revela possível em relação a necessidades de consumo, no movimento do capital o excesso se refere às necessidades do próprio capital enquanto sujeito. O que Marx apresenta no capítulo IV do livro I de *O Capital* é a própria novidade lógica da forma capitalista de produção de riqueza humana sobre suas anteriores: a “produção pela produção” como *finalidade em si mesma*. O conceito de capital em Marx não pode ser concebido apenas como referente a uma *coisa inerte*, como também não se trata de uma coisa que se põe em movimento. O conceito de capital, ou mais precisamente a relação-capital, diz respeito a um movimento-sujeito, uma coisa-movimento (FAUSTO, 1983). Já no capítulo I de *O Capital* isto está *pressuposto* na própria forma relativa da mercadoria, que assume um papel “ativo” face à sua forma equivalente, nessa relação, a forma mercadoria (no qual o valor-em-processo está *pressuposto*) relaciona-se consigo mesma (GRESPLAN, 1994).

Os apontamentos críticos de Husson, bem como os argumentos de Bihr, destacam a incapacidade da relação-capital de atender as necessidades humanas, que seria o fundo verdadeiro revelado pela crise sistêmica presente. Sem embargo, há que se considerar o próprio sentido da apresentação da história desenvolvido por Marx. Certamente o discurso marxiano pressupõe que o sujeito do processo histórico é “o homem” e que o predicado exprima “simplesmente” distintas formações sócio-históricas. Todavia, passando-se ao discurso posto a situação se modifica: “*Em termos estritos do discurso posto* o sujeito ‘desapare-

ce' (na realidade ele é 'negado' e se torna pressuposto). 'Não' há mais esse objeto 'o homem'" (FAUSTO, 2002, p. 190, grifo do autor).

O que Fausto (2002) destaca é a distinção dialética entre “predicação” e “identidade” presente em Marx, a sutileza dialética da *não-identidade da identidade*. Ainda segundo Ruy Fausto:

Na realidade o que temos? Nem uma simples predicação (convencionalismo), nem uma identidade (fetichismo). Não se trata nem de “o homem é proletário (ou capitalista)”, nem de “o homem = o capitalista (ou = proletário)” (nem ainda: o “homem” é um simples nome que apenas indica “proletário” ou capitalista” [...]. *Tem-se na realidade algo que fica “entre” uma predicação e uma identidade [...]*.

Vê-se o que isso significa: a expressão logicamente “rigorosa” da situação é na realidade ideológica. (Fausto, 2002, p. 191, grifo do autor)

Alterando-se brevemente o registro, Kojin Karatani afirma:

Tem sido uma prática comum explicar o capitalismo moderno desde o ponto de vista do desejo por valor-de-uso (consumo). Mas o interminável movimento do capital deve ser visto como a “pulsão [Trieb]”, em termos freudianos, que existe para além do princípio do prazer e do princípio de realidade – a pulsão de morte, mais apropriadamente. (KARATANI, (2005, p. 215)

Essa compreensão do movimento do capital como *pulsão de morte* se refere diretamente à mudança social de postura de consumo direcionada aos objetivos de satisfação de necessidades humanas para uma postura de produção e circulação capitalista, em relação ao desejo e à pulsão. Nos termos expressos por Slavoj Žižek:

A pulsão é inerente ao capitalismo em nível mais fundamental e *sis-têmico*: é ela que impele toda a máquina capitalista, é ela a compulsão impessoal de se empenhar no movimento circular de auto-reprodução expandida [...]. (Não podemos nos esquecer aqui da bem conhecida distinção que faz Lacan entre o alvo e a meta da pulsão: enquanto a meta é o objeto em torno do qual a pulsão circula, seu alvo é a continuação sem fim dessa circulação como tal.). (ZIZEK, 2008, p. 88-89, colchetes e parênteses do autor)<sup>7</sup>

A pulsão de morte<sup>8</sup> inerente ao capitalismo é, portanto, precisamente a *produção pela produção*, o movimento expansivo sem fim de mais valor. Essa *pulsão* já se manifesta com a subsunção formal do trabalho, mas só se realiza de maneira adequada com a subsunção real do trabalho ao capital. Sendo assim, para o escândalo das opiniões razoáveis e sensatas, essa pulsão expressa também que: o movimento do capital não tem *telos* (KARATANI, 2005). Tomado o Sujeito-capital um “quase-vivente”/“não-morto”, essa *não-morte* do capital é precisamente o seu *pseudo-excesso vampiresco*. Assim, é importante ressaltar, desde os primórdios do modo de produção capitalista a satisfação de necessidades humanas não é seu “verdadeiro” alvo.

A auto-reprodução do capital ocorre não por causa do seu “desejo” de acumulação, mas sim se torna compulsiva por causa de sua desesperada necessidade de postergar infinitamente o ajuste de contas com o “real”. Nessa compulsão, não apenas se produz mercadorias com o principal intuito de receber adiantamentos de crédito, como o sistema de crédito se apresenta como o *locus* privilegiado de (pseudo-)satisfação do desejo quimérico do capitalista: a “geração espontânea” de riqueza – dinheiro gerando mais dinheiro, sem a necessidade aparente de mediação.

## Considerações finais

É essa articulação que Bihl e Husson não aceitam. Para esses autores considerar na análise a divisão entre uma “economia real” e uma “economia financeira” seria algo como se deixar cegar pela aparência do movimento capitalista. Para evitar esse “equivoco”, Bihl subordina a relação capitalista plenamente reificada sob a forma do capital portador de juros e do capital fictício a um desvio do consumo dos trabalhadores para “bens de luxo” dos capitalistas. Husson, por sua vez, desenvolve seu raciocínio baseando-se na dinâmica recente de constrangimento da acumulação em favor da distribuição de lucros para a “finança”. Essas punções de parte do excedente econômico para a alimentação de rendas financeiras seria o polo determinante da crise atual para os autores. Assim, ao não considerarem os obstáculos *negativos* à continuidade da

valorização do capital na condição de capital (dado que todos os obstáculos e problemas tratados pelos autores são *positivos*), esses autores decidem por pontos de vistas a partir do qual a contradição dos termos presentes é dissolvida em favor de um ou de outro.

Todavia, como destacado, tanto o desvio de consumo, quanto o ritmo da acumulação, não se devem a uma incapacidade de absorção no “real”, que obrigaria o capital se mover para a “ficção”. Mover-se para além do “princípio de realidade”, é da própria lógica do capital. O fetichismo estruturante do capital não se deve, tão somente, à ocultação das relações sociais pelas relações entre coisas – dinheiro, meios de produção e mercadorias (inclusive e especialmente a força de trabalho, essa mercadoria *suis generis*) –, a especificidade da *forma* da crítica ao fetichismo está em mostrar que o fato das relações sociais aparecerem como relação tautológica do capital é parte da fantasia constituinte da própria forma capitalista de produção de riqueza. A partir do momento em que o capital entra numa relação privada consigo mesmo, os fins de seu movimento (expansão quantitativa do valor) são incorporados aos meios desse processo (as modificações qualitativas pelas quais o capital passa – o dinheiro a “tornar-se mercadoria” e a mercadoria a “se tornar dinheiro”), podendo se falar, com adequação, de uma “quase-vida” do capital enquanto *Sujeito-processo*.

É a própria forma do capital e da crítica que direcionam a compreensão das ações sociais em movimento como algo que se encontra já para além da subjetividade restrita dos agentes. Como afirma Marx (2003b, p 271): “Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital”. Essa forma de crítica, em certo sentido, interdita o questionamento do “sentido” da acumulação, tratado especialmente por Husson. O busílis da questão da crise se deve ao fato do modo de produção capitalista se constituir como a primeira ordem socioeconômica que necessariamente “destotaliza o sentido”, sendo possível articular sua compreensão global apenas no nível da verdade-sem-sentido. A “produção pela produção” e a aparência gerada por esse processo apontam para a inexistência de *telos* do modo capitalista de reprodução da vida, na medida em que esse põe em seu movimento uma ruptura profunda entre “sentido” e “verdade”.

Desse modo, é completamente impertinente a tentativa de adequar ou visar a dinâmica capitalista pela ordem do sentido. A relação-

-capital se coloca muito além do princípio de prazer (e satisfação de necessidades), bem como de realidade adequadamente ajustada em um *telos*, mesmo que imposto externamente. A crise se dá, certamente, pela insistência de manutenção de um sonho – a possibilidade de eliminação do trabalho na geração de valor –, em detrimento da realidade – a impossibilidade dessa eliminação –, todavia esse “sonho” desempenha um papel ativo que não pode ser reduzido a uma “simples aparência”.

Assim como não se deve se *cegar pela forma, como destacam os autores franceses tratados, tampouco se deve reduzi-la a uma “mera forma”*, pois não articular a verdade-fora-do-sentido do capital é ainda manter a *fantasia inconsciente* do capital.

## Abstract

The article analyzes some interpretations of the roots of the current economic crisis, particularly those of Michel Husson and Alain Bihr within the debate between Marxist authors in French language. The first section addresses the thesis defended by Bihr of the crisis caused by an excess of surplus value, focusing on the formal distinction between profit rate and surplus-value rate, and that considers the crisis as being of insufficient demand. The second section discusses the analysis of Husson about a divergence between profit rate and accumulation rate. The critique developed in the article lies upon the relationship between contradiction and crisis in which one of the key dialectical concepts is “measureless”, that allows to clarify the relationship that capital establishes with the wage labor – the kernel of the theses presented by the authors concerned.

**Keywords:** crisis; measureless; Bihr, Alain, 1950-; Husson, Michel, 1949-.

## Referências

- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BENOIT, Hector (2007). “O negativo em Marx”. *V Colóquio Internacional Marx/Engels*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/>

- anais\_v\_coloquio\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao3/hector\_benoit.pdf. Acesso em 10 fev. 2010.
- BIHR, Alain. “A la croisée des chemins (2)”. *À l'encontre*, Lausanne, dez. 2008. Disponível em: [http://www.labreche.ch/Ecran/CriseBih01\\_09.html](http://www.labreche.ch/Ecran/CriseBih01_09.html). Acesso em: 5 ago. 2010
- \_\_\_\_\_. “À propos d’un excès de plus-value”. *Carré Rouge*, Paris, n. 40, p. 37-42, abril 2009a. Disponível em: [http://www.carre-rouge.org/IMG/pdf/6-\\_Bih.pdf](http://www.carre-rouge.org/IMG/pdf/6-_Bih.pdf). Acesso em: 5 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. “Brève réponse à Luis Gill”. *À l'encontre*, Lausanne, 5 jun 2010. Disponível em: [http://www.labreche.ch/Ecran/DebatCriseBih06\\_10.html](http://www.labreche.ch/Ecran/DebatCriseBih06_10.html). Acesso em: 5 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. «Pour une approche multidimensionnelle des crises de la production capitaliste». *À l'encontre*, Lausanne, 13 jun 2009b. Disponível em: [http://www.labreche.ch/Ecran/CriseBih\\_3\\_06\\_09.html](http://www.labreche.ch/Ecran/CriseBih_3_06_09.html). Acesso em: 5 ago. 2010.
- CARCANHOLO, Marcelo (2007). “Apontamentos críticos sobre a teoria da crise em Rosa Luxemburgo”. *V Colóquio Internacional Marx/Engels*. Disponível em: [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao1/Marcelo\\_Carcanholo.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao1/Marcelo_Carcanholo.pdf). Acesso em: 10 fev. 2010.
- CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. “Capital fictício e lucros fictícios”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, 2009.
- CHESNAIS, François. «La récession mondiale: moment, interprétations et enjeux de la crise». *Carré Rouge*, Paris, n. 39, p. 3-17, dez 2008. Disponível em: [http://www.carre-rouge.org/IMG/pdf/D-\\_Chesnais\\_crise\\_1\\_Mise\\_en\\_page\\_1.pdf](http://www.carre-rouge.org/IMG/pdf/D-_Chesnais_crise_1_Mise_en_page_1.pdf). Acesso em: 10 fev. 2010.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: a produção capitalista como produção simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Marx: Lógica e Política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo III. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- GILL, Louis. «À l’origine des crises: surproduction ou sous-consommation?». *Carré Rouge*, Paris, n. 40, maio 2009. Disponível em: <http://www>.

- carre-rouge.org/IMG/pdf/7-\_Gill.pdf. Acesso em: 5 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. “Les faux pas d’Alain Bihr, les dérives de Michel Husson”. *Carre Rouge*, Paris, n. 43, mar 2010. Disponível em: [http://www.carre-rouge.org/IMG/pdf/5-\\_Gill\\_Mise\\_en\\_page\\_1.pdf](http://www.carre-rouge.org/IMG/pdf/5-_Gill_Mise_en_page_1.pdf). Acesso em: 5 ago. 2010.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *A dinâmica da crise: um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx*. 1994. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. “A desmedida do Capital”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, n. 13, p. 7-16, 2008.
- HUSSON, Michel. “Finance, hyper-concurrence et reproduction du capital ». In: DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique (Org.). *La finance capitaliste*. Paris: PUF, 2006.
- \_\_\_\_\_. «Le debat sur le taux de profit». *À l’encontre*, Lausanne, 5 juin 2010. Disponível em: [http://www.labreche.ch/Ecran/DebatCriseHusson06\\_10.html](http://www.labreche.ch/Ecran/DebatCriseHusson06_10.html). Acesso em: 5 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. «Le dogmatisme n’est pas un marxisme”. *À l’encontre*, Lausanne, 28 jun 2009. Disponível em: [http://www.alencontre.org/Economie/CriseHusson06\\_09.html](http://www.alencontre.org/Economie/CriseHusson06_09.html). Acesso em: 5 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. Les enjeux de la crise. *La Brèche*, n. 4, Lausanne, nov. 2008. Disponível em: [http://www.labreche.ch/lb/Rev04\\_Crise.pdf](http://www.labreche.ch/lb/Rev04_Crise.pdf). Acesso em: 5 ago. 2010.
- KARATANI, Kojin. *Transcritique on Kant and Marx*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.
- MARQUES, Rosa Maria. “A leitura da crise econômica de alguns autores marxistas”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 29, p. 35-56, 2011.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *O capital. Crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

\_\_\_\_\_. *O capital. Crítica da economia política*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *O capital. Crítica da economia política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

---

#### Notas:

<sup>1</sup> Para uma aproximação mais detalhada das teses propostas pelos autores envolvidos no debate, conferir Marques (2011). Retomar num grau de especificação maior ou o íntimo desenvolvimento das interpretações particulares dos autores extrapolaria os limites do presente trabalho e comprometeria seus objetivos.

<sup>2</sup> Essa discussão, em especial o debate sobre um excesso de mais-valia entre François Chesnais e Alain Bihl, também foi publicada em espanhol pela revista argentina *Herramienta: debate y crítica marxista*, disponível tanto na versão impressa quanto eletrônica.

<sup>3</sup> Essa categoria pode ser extraída da mesma passagem, do Capítulo 4 do livro I d'*O Capital*, anteriormente citada por nós. Enquanto nas traduções correntes no Brasil a carga vernacular atribuída à palavra alemã *Maßlos* é de “sem limites”/“ilimitado”. A indicação de Grespan (1994; 2008) é de traduzir essa mesma palavra por “desmedido”. As implicações dessa “opção” extrapolam os objetivos de nosso trabalho, mas poderíamos apontar a proximidade com a “Doutrina do Ser”, na *Ciência da Lógica* de Hegel, bem como uma maior abertura para se investigar uma “teoria da medida” no próprio Marx, caminho traçado pelos trabalhos de Fausto (1997; e especialmente, 2002). Para mais, conferir Grespan (1994).

<sup>4</sup> O termo consta no próprio texto de Bihl (2009a), apesar de não ser apresentado claramente.

<sup>5</sup> O que não deve ser confundido com a especificidade do capital portador de juros, dinheiro tornado *mercadoria-capital* por ser capital não apenas para aquele que aliena seu dinheiro, como também para o terceiro ao qual é entregue essa soma de valor, recebida de antemão como capital.

<sup>6</sup> Cf. Carcanholo, R.; Sabadini, M., 2009.

<sup>7</sup> Ao escrever “pulsão” Žižek se refere à *pulsão de morte*, já que toda pulsão é virtualmente pulsão de morte, como afirma Lacan (1998).

<sup>8</sup> É importante destacar que a “pulsão de morte” não deve ser confundida com nenhum impulso à destruição ou auto-aniquilação, muito pelo contrário, ela é o verdadeiro oposto da morte, é o nome da própria vida eterna “não-morta” (vampiresca como o capital), em seu terrível destino de se manter presa em um ciclo repetitivo e interminável, ela é o excesso obscuro de vida persistente, sendo nessa fixação mesma que reside a dimensão de “morte”. Cf. Žižek (2008, p. 90).